

Educação do Campo em Arraias/TO: relato de uma experiênciaⁱ

Entrevistador: Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho

Entrevistado: Prof. Dr. Alessandro Rodrigues Pimenta

George Leonardo Seabra Coelho¹

¹ Universidade Federal do Tocantins - UFT. Licenciatura em Educação do Campo. Rua 5 Qd V Casa 3 Setor Arnaldo Prieto. Arraias - TO. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: george.coelho@hotmail.com

Antes de apresentar a entrevista com o Prof. Dr. Alessandro Rodrigues Pimenta, é importante realizar algumas ponderações. Desde que cheguei à Universidade Federal do Tocantins, desde minhas primeiras conversas com o Prof. Alessandro, o referido docente despertou em mim uma grande admiração pela sua pessoa, tanto como profissional quanto por sua personalidade. A cada dia que passa, essa admiração transforma-se em amizade, a qual – sem hipocrisia acadêmica – não tenho receio de demonstrar publicamente. Frente ao seu conhecimento teórico, administrativo e como docente, surgiu a partir do diálogo com o outro organizador desta obra – o Prof. Dr. Gilberto Paulino de Araújo – a iniciativa de a iniciativa de

incluir uma entrevista, realizada por mim, com o Prof. Alessandro. Mesmo que esse grande profissional não esteja no Brasil desde março de 2017, devido ao seu afastamento para o estágio pós-doutoral na Universidade de Évora-Portugal, ele atendeu prontamente a solicitação de conceder a entrevista. Dessa forma, com a presteza que sempre representou sua figura humana e profissional, o Prof. Alessandro pôde nos contar um pouco sobre sua trajetória acadêmica, a institucionalização do curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFT/Campus de Arraias, até suas expectativas quanto ao fortalecimento do curso no futuro. Então, espero que o leitor acompanhe a entrevista concedida – apropriando de suas próprias palavras –

por um intelectual que milita em prol da Educação do Campo no Brasil.

Professor Alessandro Pimenta, o senhor pode nos contar um pouco sobre sua formação acadêmica? Conte-nos sobre sua trajetória como pesquisador e como docente.

Minha formação se constituiu da seguinte forma: em 1999, iniciei a Graduação em Filosofia, na Universidade Federal de Goiás (UFG), sobre o tema Alteridade na Moral Cartesiana. Terminei em 2001. Durante a graduação, fui bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com uma pesquisa sobre a Subjetividade Racionalista no Século XVII. No âmbito da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF), da UFG, éramos, à época, apenas três bolsistas, sendo que, da Filosofia, éramos somente dois, num tempo em que havia poucas bolsas e somente os alunos mais destacados as conseguiam. Fiz curso de latim, inglês, grego e francês. Sobre esta última língua, fiz provas de proficiência na Aliança Francesa, obtendo resultado aprovativo, o que me permitia estudar em universidades ligadas à França. Ainda na graduação, apresentei trabalhos em eventos importantes no país e publiquei artigo em revista bem avaliada. No último período da graduação, fiz seleção para o Mestrado em Filosofia com uma proposta de

investigação sobre a Alteridade na Ética Camusiana e fui aprovado entre os primeiros lugares, o que me fez ser contemplado com bolsa de pesquisa. Minha pesquisa, ainda da graduação, resultou em livro sobre Descartes. Após defender o mestrado com a aprovação máxima, iniciei minha atividade docente na Universidade Católica de Goiás (UCG), hoje PUC/Goiás. Um ano depois, em 2005, iniciei meu Doutorado na Universidade Gama Filho. Após terminar as disciplinas, tive aceitação em algumas universidades para Estágio de Pesquisa, como Universidade de Lausanne (Suíça), Universidade de Navarra (Espanha) e Universidade Paris I - Sorbonne. Fiz opção em estudar em Paris. Defendi o doutorado em 2008. Meses antes de defender o doutorado, fui aprovado em concurso público na Universidade Federal do Piauí, onde, após consulta eleitoral, como Vice-Diretor e Diretor em Exercício, trabalhei diretamente na implantação de 10 cursos do Programa do Governo Federal de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) e mais de 100 concursos para docentes. Época na qual também me inseri em programas como Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Apoio à Implantação de Licenciaturas em Educação do Campo

(PROCAMPO) e Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), bem como em pesquisas de cunho *stricto sensu* no Mestrado em Ética e Epistemologia (Filosofia) - no qual fui Professor Permanente até minha redistribuição para a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Fui membro de comissões ligadas ao Conselho Superior da UFPI. Desde 2008, milito no Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH).

Há quanto tempo o senhor dedica-se à Educação do Campo? Poderia compartilhar algo sobre sua trajetória como coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFT/ Campus de Arraias?

A pergunta se divide em duas partes. Uma mais ampla sobre minha inserção na Educação do Campo e outra na UFT, no Campus citado. Vamos à primeira! Minha experiência remonta a 2008, quando iniciei atividades no interior do Piauí, na UFPI, onde colaboramos com duas turmas do programa PROCAMPO, uma em Jacós-PI e outra em Oeiras-PI. Estas turmas obtiveram êxitos muito significativos. Nessa época, eu era docente e membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Não poderia deixar de mencionar o apoio institucional do Reitor, Professor Dr. Luiz Júnior, das Professoras Dr^a. Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes, Dr^a. Antonia Dalva Carvalho e Dr^a. Suze Sales. Fui

credenciado, em 2011, como docente no Mestrado em Filosofia da UFPI, curso em que fui professor permanente e membro do Colegiado. Lecionei na Licenciatura Presencial em Filosofia e na Educação à Distância, com disciplinas, orientações, ações do Pibid e Pibid-Diversidade, este último destinado às escolas do campo. Desde 2010, sou avaliador credenciado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de cursos de graduação em Educação do Campo e Licenciatura Intercultural Indígena, bem como em Filosofia. Isso nos coloca em um âmbito no qual o olhar não é apenas do que deveriam ser os cursos, mas, efetivamente, como eles se constituem no Brasil. Assim, minha inserção na Educação do Campo, desde 2008, possui um âmbito local na institucionalização dos cursos, bem como em comissões nacionais do MEC de avaliações. Então, sobre a primeira parte, dedico-me desde 2008, com ações de docência, participação de comissões locais e nacionais e como pesquisador com publicações na área. A segunda parte se refere ao momento no qual assumi e estive à frente da Coordenação do Curso de Educação do Campo em Arraias. Quando chegamos, ao final de outubro de 2013, à convite da Administração superior da UFT, com o aval do MEC, nos empenhamos

totalmente no processo de implantação do curso. À altura, encontramos a seguinte situação, sobre a qual serei sintético: já havia um concurso realizado com apenas um professor já em exercício, a saber, o Prof. Esp. Roberto Leite. Os técnicos previstos no Edital, que visou implantar o curso de Educação do Campo, estavam destinados a outros setores no Campus. Isso fez com que, mesmo tendo três vagas, o curso não possuísse sequer um secretário, sem qualquer conhecimento nosso. Junto a mim, chegou a Prof^a. Dr^a. Suze Sales e outro professor concursado, que fora à época nomeado, o Prof. Me. Sebastião Soares. Assim, fizemos uma reunião e elegemos a coordenação, que ficou, inicialmente, sob minha responsabilidade. Alguns meses após, meu mandato foi legitimado pela consulta ao Colegiado, o que me permitiu mais dois anos à frente do curso, ou seja, perpassou todo o processo de entrada das três primeiras turmas da Educação do Campo de Arraias. Na sequência, as ações foram: elaboração de um Projeto Pedagógico de Curso, observando as experiências pretéritas bem-sucedidas em outras instituições e orientações do MEC, bem como PPC de cursos com habilitações afins, bem avaliados pelo INEP/MEC. As nomeações do concurso citado aconteceram e, por fim, era preciso realizar o vestibular, já atrasado

(pois a previsão era que o processo seletivo em tela acontecesse em sua primeira edição em 2013. O que não ocorreu), aprovar o PPC e realizar concursos segundo os perfis contidos neste documento. Acrescente-se que foi um momento rico para discutirmos qual o formato da Alternância, já que existem várias experiências no país e muitas delas não eram no ensino superior, mas na educação básica, o que fez com que enriquecessem conceitualmente os simplismos originários de alguns membros do Colegiado.

O senhor poderia narrar o processo de institucionalização do curso de Educação do Campo na UFT/Campus de Arraias, das primeiras discussões até esses três primeiros anos?

A resposta a esta pergunta é, exatamente, a sequência da anterior. Continuemos. Em primeiro lugar, organizamos um Colegiado. Tínhamos de fazer tudo, pois, repito, não dispúnhamos de nenhum técnico para a Educação do Campo naquela altura, mesmo o Campus usando as vagas que foram destinadas para o curso. Então, o seu processo de institucionalização começou por ações que deram forma ao curso na UFT e na sociedade. Na UFT houve a aprovação do PPC, cuja colaboração dos técnicos da Pró-Reitoria de Graduação foi fundamental.

Houve também a organização do primeiro vestibular, juntamente com o Campus de Tocantinópolis. Aqui é impreterível salientar a presença do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo da UFT (GEPEC), fundado por professores pesquisadores da temática da Educação do Campo, encabeçados pelo Prof. Dr. Claudemiro Godoy do Nascimento. Cumpre ressaltar que o grupo em tela agregou e agrega professores, alunos e pesquisadores da temática da Educação do Campo e Rural. Membros do GEPEC fizeram viagens às comunidades e municípios das regiões do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano para, não somente divulgar o vestibular, mas explicar o formato do curso. Alguns professores foram em carros próprios, outros em veículos da UFT. Há casos de membros do GEPEC que foram impedidos de realizar as atividades em veículos da UFT, sem qualquer explicação plausível à época. Como eu era neófito na instituição, não conseguia entender certas práticas locais de possíveis patrimonialismos com a coisa pública ou aparências de perseguições. O mais importante é que tudo foi feito e, o primeiro vestibular, assim como os outros, foi um sucesso e, a cada semestre, temos mais alunos oriundos de comunidades quilombolas. Nossa ligação com o movimento social se

coaduna com as demandas de reconhecimento de comunidades quilombolas e com a inserção de nossos alunos nessas demandas. Tivemos quase mil inscritos somente para Arraias - TO no primeiro vestibular, em 2014. Isso nos mostrou que a proposta enviada ao MEC pela Prof^a. Dr^a. Raquel Carvalho estava no caminho certo e as resistências foram mais internas que externas, pois era comum ouvir falar-se que não haveria demanda ou de que o curso não teria inscritos. Ouvi várias vezes, em tom de sarcasmo, professores da UFT do Campus citado, perguntando se eu coordenava um curso superior e se ele concederia diploma de nível superior. Hoje, a Licenciatura em Educação do Campo – Habilitação: Artes Visuais e Música é o curso mais concorrido no Campus e com o menor número de evasão. Assim que foi possível, por razões de número de docentes no curso, organizamos o NDE. Durante quase três anos, não tivemos laboratórios específicos de Música e Artes Visuais. Mas, as coisas foram progredindo e fizemos uma comissão para planejamento e solicitação de tais laboratórios, o que nos deu bons resultados. Não se deve esquecer de fazer notar a importância fundamental da Prof^a. Dr^a. Isabel Auler, na época, Vice-Reitora. As conquistas foram muito bem apoiadas por ela. Conseguimos bolsas

permanência para todos os alunos do curso. A estas, tivemos edital próprio o qual chamamos de Bolsas-PROCAMPO. Foi disponibilizado, após demandas nossas, um veículo 4X4 para as atividades nas comunidades rurais. Ficamos felizes em saber que colaboramos para que se efetivasse uma demanda antiga de veículo 4X4 para o Campus! Muitos foram beneficiados! À mesma época, discutiu-se exaustivamente sobre Alternância e o Colegiado entendeu que iríamos criar nossos mecanismos e assim foi feito. Claro que isso pode ter desagradado um ou outro professor que já possuía modelos prontos, oriundos de leituras apressadas sobre o assunto, pois no ensino superior, o grupo, em quase sua totalidade, não possuía experiência na docência em cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

Na sua concepção, quais foram os principais avanços, dificuldades e desafios até o momento, assim como para o próximo triênio?

O principal avanço é que, de fato, nos três primeiros anos as perspectivas do MEC e da UFT foram alcançadas. O curso de Arraias, apesar de novo, possui índices muito elevados e isso fez com que todo o trabalho realizado pelo Colegiado do curso possa ser visto como um resultado importante. Ficou claro o número elevado de pessoas que queriam estudar, entretanto,

morando na zona rural ou em comunidades quilombolas, ficava inviável a frequência diária à universidade. O curso, organizado em regime de Alternância, colaborou para o ingresso e permanência desses sujeitos, antes marginalizados quanto ao acesso ao nível superior de educação. Nesse sentido, houve um esforço para que, de fato, a UFT fosse às comunidades, que saísse de um discurso ou de uma prática cujos campesinos eram objetos de pesquisas, se tornaram- 30 do, a partir do momento em que adentraram a universidade, sujeitos de um processo formativo mais amplo e complexo. A Alternância mudou a prática de acesso à UFT. Não mais as pessoas tinham a necessidade de morar, quase “de favor”, para estudar e/ou serem submetidas, em alguns casos, a práticas sociais inenarráveis. Tivemos mais desafios internos que externos. Não raras vezes, professores foram em seus carros às comunidades, por razões que nos fogem à explicação. Os técnicos da Educação do Campo não estão todos lotados no curso e precisamos deles. Se não fossem necessários, nem no edital e na Nota Técnica da SECADI estariam previstos. Entretanto, membros do Conselho do Campus possuíam outro entendimento e, de fato, o processo nunca foi avaliado. Foi votado apenas a partir de discussões verbais. A quem isso interessa? Os

desafios, após o processo de institucionalização, que tinha como foco 3 entradas de 120 alunos/ano, são: mantermos conquistas de assistência estudantil, qualidade do ensino, atividades de extensão e pesquisa. O curso sofreu preconceitos e perseguições desde sua proposta até sua implantação definitiva, cujas ações só podem ser entendidas compreendendo as estruturas de poder. Estas, ao se sentirem ameaçadas, como diz Arendt, não tendo mais autoridade, usam a violência. Mas, em três anos, o curso venceu. Os desafios agora, em minha opinião, são que a gestão do curso, alunos e professores saibam lidar com os enfrentamentos; que mantenhamos as conquistas; que possamos organizar nossos laboratórios com os técnicos disponibilizados pelo MEC; que possamos realizar outras Pós-Graduações em Educação do Campo (como já fizemos!); que o GEPEC continue sendo este lugar de discussões acadêmicas e políticas em sentido amplo. Mas, para isso, não podemos ter a ideia romantizada, por exemplo, de que embaixo de uma árvore se ensina. Ao contrário, devemos pensar: se embaixo de uma árvore se ensina, com melhores condições humanas e de infraestrutura, ensina-se mais e melhor.

Sendo os cursos de Licenciatura em Educação do Campo organizados em

Pedagogia de Alternância, como o senhor compreende essa abordagem?

Primeiro, o termo “Pedagogia da Alternância” é evitado no ensino superior. Usa-se mais adequadamente Alternância. Compreendo ser fundamental a Alternância e o que entendo, fundamentalmente, sobre ela está na Nota Técnica da SECADI, n. 3/2016, na qual colaborei em sua elaboração e no Decreto Presidencial n. 7.352/2010. Lá, indicam-se carga-horária para a formação que ocorre na universidade e nas comunidades. Entretanto, especificidades estão abertas a cada curso, de acordo com suas capacidades humanas e logísticas de planejarem e executarem sua temporalidade. Fizemos o esforço para que, em momento algum, a Alternância fosse confundida com algo semipresencial ou Educação à Distância (EAD) por atores internos das Instituições Federais de Ensino Superior, declaradamente contrários à Educação do Campo. Nisso o curso foi bem-sucedido!

O senhor pode descrever como funcionou a Alternância durante sua gestão como coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFT/Campus de Arraias?

No Colegiado do curso, desde o começo das atividades, houve um entendimento de que era fundamental a

presença constante dos docentes nas comunidades dos alunos. Éramos, à época, sete professores. Em Assembleia realizada com os professores e alunos, entendemos ser necessária a criação de comunidades nas quais pudéssemos realizar os acompanhamentos pedagógicos, o diálogo e o conhecimento da cultura e do lugar de onde vinham esses acadêmicos, orientações, trabalhos e atividades práticas e demais processos que envolvem a aprendizagem. Assim, entendemos que estes lugares ultrapassavam o campo geográfico, sendo lugares de vida, de partilha, de acolhimento. Os alunos entenderam que seriam as seguintes localidades: Arraias-TO, Monte Alegre-GO, Paranã-TO e Rio da Conceição-TO (que depois, por solicitação dos próprios alunos, foi mudada para Taguatinga-TO). Estas localidades são chamadas de Comunidades Integradoras. Os calendários foram elaborados com meses de antecedência e foram disponibilizados aos alunos ainda no Tempo Universidade. Após essa primeira conversa, no GEPEC e no Colegiado do curso, bem como em demais assembleias com os alunos, a ideia de Comunidades Integradoras se consolidou e hoje faz parte de nosso entendimento sobre o modo como, de fato, o curso acontece. É bom e importante lembrar que esse trabalho implicou um

processo de aprendizagem nos sujeitos envolvidos, desde docentes, discentes até a Administração Superior da UFT. Não é sem razão que, durante esses três anos, enfrentamentos foram necessários, especialmente porque a Educação do Campo implica uma nova visão e prática sobre o que vem a ser o papel da universidade e sua relação com os movimentos sociais organizados. Num processo de institucionalização, isso fica mais tenso, pois há instâncias diferentes de deliberação e o curso não podia (nem pode) ser comparado, de modo simplificado, com experiências sem analogias sustentáveis.

No campo pedagógico, para o senhor, qual seria a corrente epistemológica mais adequada para a abordagem na Educação do Campo? Por quê?

Acredito que a definição de uma corrente como a “certa”, já é um erro. Posso dizer que, do ponto de vista teórico, a Pedagogia Histórico-Crítica responde bem à Educação do Campo. O que não podemos fazer é não termos consciência de nossa base teórico-metodológica e, se não a temos, devemos procurar fazê-la. Isso não exclui outras epistemologias que podem contribuir, como: Histórica-Comparada, Letramentos, Hermenêutica, Fenomenologia, Desconstrução, Pragmática, Decolonização etc. Mas, uma

discussão teórica pressupõe elementos constitutivos que não vejo em discursos panfletários. Assusta-nos perceber como há, no meio acadêmico, discursos panfletários!

No que se refere à formação de professores, como os cursos de Licenciatura em Educação do Campo entendem a práxis docente? Sobre os professores licenciandos ou sobre os professores que formam professores?

Sobre os licenciandos é uma práxis que parte da vida, mas é perpassada pelos conteúdos historicamente acumulados pela humanidade e, retornando à situação inicial desses alunos, permite-os compreender o processo de constituição da materialidade de seu trabalho como docente e de suas condições de produção e reprodução da vida. Sobre a formação dos professores que lecionam na Educação do Campo, esta é uma discussão ainda em realização e está prevista uma formação ainda em 2017, no Estado de Minas Gerais.

Para finalizar, o senhor se considera um militante, um teórico, um pensador ou gestor quando o assunto é Educação do Campo? O que o senhor espera para o futuro da Educação do Campo no Brasil?

Os conceitos emitidos na primeira pergunta se imbricam. Prefiro o termo intelectual que milita, sabendo que a militância é uma parte do processo, que

envolve, também, uma gestão eficiente. Por um lado, entendo que, em muitas situações, várias ideias boas ficam no campo das ideias e, por outro lado, ideias ruins ganham destaque. Tentei evitar isso ao máximo no âmbito do curso e os resultados já podem ser facilmente vistos. Sou apenas um intelectual inserido no círculo hermenêutico em que o limite da linguagem é o limite do seu mundo e, as certezas locais, se existem, somente podem ser defendidas por embusteiros, pois o homem é sempre uma abertura, num paradoxo, como nos lembrar Ricoeur, entre a crítica e a convicção. Quanto à segunda pergunta, penso o seguinte: a Educação do Campo no Brasil se encontra em um momento delicado. Temos uma instabilidade política que não nos permite um juízo claro e distinto sobre a atualidade. Entretanto, podemos vislumbrar que a Educação do Campo encontra um novo desafio: manter o processo de institucionalização dos cursos na perspectiva de uma educação que tenha a emancipação dos sujeitos como meta e que seja redefinido o diálogo com os movimentos sociais. Temos mais de quarenta cursos regulares de Educação do Campo em todo o Brasil. Esta é uma grande conquista! Agora, quando falamos em redefinição de diálogo com os Movimentos Sociais, indicamos uma

perspectiva ampla de relação e de Movimentos, pois se trata mais de incluir do que excluir. Nesse sentido, é possível que os interesses da Educação do Campo com interesses da Educação Popular sejam um viés de diálogo e de luta comuns. No atual momento político do Brasil, quanto mais fragmentada a Educação estiver, menos potencialidade ela terá do ponto de vista político, ético e pedagógico. Não podemos perder de vista um horizonte utópico na Educação do Campo, no sentido de uma articulação e luta para uma Educação que é um projeto em construção. Assim, a utopia não pode ser compreendida como algo que, simplesmente, não existe, não tem lugar ou que seja irrealizável. A utopia deve ser entendida como o “ainda-não”, como abertura de possibilidades de novas construções epistemológicas e de novas práxis. Considerando toda a caminhada e saberes acumulados dos Movimentos Sociais e da Educação do Campo, é possível toda redefinição de conceitos e de práticas.

Sapere Aude!

Évora, Portugal, primavera de 2017.

ⁱ Essa entrevista foi publicada no livro *Educação do Campo e Cidadania no Brasil Contemporâneo* (2018) editado pela Editora da UFT.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 08/02/2019

Aprovado em: 19/05/2019

Publicado em: /05/2019

Received on February 08th, 2019

Accepted on May 19th, 2019

Published on May, th, 2019

Conflitos de interesse: O autor declarou não haver nenhum conflito de interesse referente a esta entrevista.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

George Leonardo Seabra Coelho



<http://orcid.org/0000-0002-3166-4008>

Como citar esta entrevista / How to cite this interview

APA

Coelho, G. L. S. (2019). Educação do Campo em Arraias/TO: relato de uma experiência. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 4, e6502. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6502>

ABNT

COELHO, G. L. S. Educação do Campo em Arraias/TO: relato de uma experiência. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 4, e6502, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6502>